



Ofício nº: 082/2025 GPMCG

Lavras, 10 de novembro de 2025.

**Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal**  
**UBIRAJARA CASSIANO ROCHA**  
Avenida Pedro Sales, nº 542, Centro  
CEP: 37.200-238

**Assunto:** Solicitação de encaminhamento de pedido de informações ao Secretário Municipal de Administração.

Senhor Presidente,

Considerando a tramitação do **Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 14/2025**, solicito, por meio deste, que sejam **requisitadas ao Secretário Municipal de Administração** as informações e esclarecimentos necessários acerca do referido projeto, a fim de subsidiar a análise desta Casa Legislativa.

As informações solicitadas são imprescindíveis para o adequado exame da matéria pelas comissões permanentes e pelos vereadores, garantindo a transparência e a responsabilidade no processo legislativo.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

GML | PROTOCOLADO  
Em: 11/11/25  
Nº: 4206 Hora: 13:30  
Ass.: *[Assinatura]*

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MAYRON CARDOSO GOMES  
Data: 11/11/2025 13:19:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MAYRON CARDOSO GOMES**  
*Vereador - Líder do Governo*

**MAYRON CARDOSO - LÍDER DE GOVERNO (PSD)**



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 2025.

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2025.

**“Altera a Lei Complementar nº 449, de 27 de julho de 2022, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público e dos Servidores da Educação Básica do Município de Lavras, e dá outras providências”.**

**Autoria:** Chefe do Poder Executivo municipal.

**Relatora:** Delegada Ana Paula (MDB).

Requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretária Municipal de Educação, solicitando, com base no art. 87, §§1º e 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras, e do art. 23, §2º, da Lei Orgânica Municipal, as seguintes informações, a fim de embasar a análise da Emenda Aditiva ao projeto em epígrafe:

1. Se a Administração Municipal, por meio da Secretaria de Educação ou Secretaria de Administração, **de fato concedeu ou concede "promoção por qualificação"** aos servidores do Magistério Público e da Educação Básica **com fundamento na aplicação analógica da Lei Complementar nº 328, de 16 de julho de 2.014, conforme aduzido na justificativa da referida Emenda.**
2. Em caso afirmativo, **informar desde quando tal prática ocorre**, quais os critérios administrativos adotados e o número de servidores que foram beneficiados por esta interpretação até a presente data.

As informações são necessárias para que esta Comissão possa exarar parecer sobre a Emenda Aditiva, que visa, entre outras coisas, "convalidar os pagamentos e as promoções realizadas" a este título.

Solicito que as informações sejam prestadas no **prazo de 15 (quinze) dias**, importando em **infração política-administrativa** a recusa ou o não atendimento no prazo, conforme art. 23, §2º da Lei Orgânica Municipal.



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---

**JUSTIFICATIVA**

Nos termos do art. 66, §§ 1º e 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras (Res. N.º 068/2011), a CCJ deve se manifestar sobre constitucionalidade e legalidade de todos os projetos em trâmite na Câmara, salvo previsão legal. Nesse sentido, a competência específica da CCJ como Comissão Permanente está disciplinada nos incisos do art. 67 do mesmo RICML.

Desse modo, deve, primeiro, o projeto ser apresentado à presente Comissão, nos termos regimentais (art. 89 c/c art. 195, §1º, *a*, do RICML), devendo exarar parecer conforme estabelece o art. 91, parágrafo único, II, *a*, do RICML.

Compete ressaltar que o controle preventivo de constitucionalidade garante a supremacia da Constituição Federal e Estadual, salvaguardando a segurança jurídica, uma vez que evita a entrada no ordenamento de uma espécie normativa viciada por inconstitucionalidade.

Nessa senda, essa espécie de controle da adequação das leis para com a Constituição favorece a proteção de direitos fundamentais, bem como contribui para evitar a intervenção judiciária em matéria legislativa (MELANE, Ana Lúcia Neves Pimenta; CORRÊA, Gustavo Hermont. Controle preventivo de constitucionalidade das normas jurídicas produzidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: análise descritiva e reflexiva a partir da promulgação da Constituição de 1989. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 24, n. 41, jan./jun., 2022).

Assim, atuando em controle preventivo de constitucionalidade, nos termos regimentais, a Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final necessita das informações ora requisitadas para verificar as razões arguidas na justificativa da Emenda Aditiva, que busca convalidar atos administrativos pretéritos.

Lavras, \_\_\_\_ de novembro de 2025.





**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---



Documento assinado digitalmente

**ANA PAULA SANTANA DE REZENDE ARRUDA**  
Data: 05/11/2025 14:31:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ANA PAULA SANTANA DE REZENDE  
ARRUDA (MDB)**  
**Relatora**



Documento assinado digitalmente

**MAYRON CARDOSO GOMES**  
Data: 11/11/2025 13:19:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MAYRON CARDOSO GOMES**  
**(PSD)**  
**Presidente**



Documento assinado digitalmente

**JOAO PAULO FELIZARDO**  
Data: 06/11/2025 16:22:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JOÃO PAULO FELIZARDO**  
**(Republicanos)**  
**Membro**